



Defesa de Dissertação

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI NOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS: análise jurídico-administrativa e arquivística

CAMILA CRISTINA DE SOUZA

O estudo tem como objetivo analisar a implantação e o uso do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito da administração direta do Poder Executivo estadual mineiro, por meio da apreciação da legislação e dos atos administrativos destinados a regular o uso do sistema; e, verificar a compatibilidade entre o conjunto de regramentos estabelecido pelo Estado e os princípios da Arquivologia. Trata-se da análise contextual da implantação e uso do SEI! MG, nomenclatura, adotada pelo Poder Executivo de MG conforme Decreto nº 47.228/2017. Utilizando a abordagem descritiva exploratória, a pesquisa foi desenvolvida tendo como referencial temporal o período entre a tratativa inicial de MG para a implantação do sistema, em setembro de 2016, e o dia 31 de dezembro de 2023, data fixada em razão do prazo de finalização do estudo. Definiu-se como objetivos específicos: I) contextualizar a gestão de documentos realizada no Poder Executivo de MG; II) analisar a legislação dedicada à regular a implantação e uso do SEI nos órgãos estaduais; III) analisar os atos administrativo expedidos para a viabilização da implantação e uso do SEI nos órgãos estaduais; e, IV) examinar a compatibilidade das providências legais e administrativas adotadas para a implantação e uso do SEI! MG, em relação aos princípios e as diretrizes arquivísticas aplicáveis aos órgãos do Estado, precipuamente quanto à gestão e preservação dos documentos arquivísticos. Além das seções inaugural e considerações finais, a pesquisa contempla três capítulos sendo: O capítulo 2, dedicado a apresentação dos fundamentos teóricos da Arquivologia, questões relativas aos documentos digitais e desafios para a administração pública; as origens e definições do termo arquivo; a evolução das práticas arquivísticas nas instituições brasileiras desde a previsão constitucional e a atuação do Arquivo Público Mineiro. O Capítulo 3, dedicado a apresentar a evolução das políticas públicas de gestão documental no Brasil, examinando a legislação arquivística, o histórico de iniciativas voltadas à modernização administrativa e informatização dos processos; a adoção do SEI em âmbito nacional, suas limitações e críticas registradas pela literatura. E o Capítulo 4, núcleo empírico da dissertação, onde se examina a implantação do SEI nos órgãos mineiros, as providências legais e administrativas relativas a implantação e uso do sistema; os impactos sobre a gestão e preservação de documentos arquivísticos públicos em MG. Ao final, são apresentadas percepções e possíveis contribuições para o aperfeiçoamento normativo, administrativo e técnico do sistema, propondo alternativas para atendimento dos anseios sociais pela evolução tecnológica, sem, contudo, deixar de observar as cautelas necessárias em relação a formação e a preservação do patrimônio arquivístico documental do Estado.

Comissão Examinadora

Prof. Adalson de Oliveira Nascimento (ECI/UFMG)

Prof. Welder Antonio Silva (ECI/UFMG)

Prof. Mariana Batista do Nascimento (ECI/UFMG)

Prof. Cintia Aparecida Chagas (ECI/UFMG) - suplente

11 de dezembro de 2025

15:00h

Sala 4019